

CANGAÇO NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM DA HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Wagner de Araújo Rabêlo

Adalberto Marinho da Silva Júnior

Departamento de História - UFRN

Neiji_6@hotmail.com

O presente trabalho propõe analisar o movimento social do Cangaço no Nordeste brasileiro, a partir de uma perspectiva da História Social da Cultura. Nesta visão temos o entendimento de que o cangaceiro foi um sujeito de sua própria história, o que significa pensar que suas ações não constituem meros reflexos de influências externas, mas possuem lógica e motivações próprias, que podem ser compreendidas por uma análise de uma História vista de “baixo”, sem desconsiderar o constante conflito com os atores de “cima” (as elites). Para compreender esses sujeitos históricos, pensamos a cultura como um elemento identitário, que informa determinadas formas de agir e ver o mundo. Esta perspectiva da História Social da Cultura tem como manter, Segundo Rachel Soihet:

O interesse pelos “de baixo”, sem excluir os “de cima”, já que se preocupa com o estudo das relações, amplia o espectro, incluindo não apenas as classes, mas também os gêneros, as etnias, as gerações e múltiplas formas de identidade, além de buscar diferenças entre todos, excluindo qualquer pretensão de homogeneidade. [...] Tal campo é privilegiado para aqueles que buscam as redes de práticas e significados pelas quais as relações e os conflitos se efetuam e expressam sua particularidade (SOIHET, 2003).

Este artigo traz um novo olhar para a temática do Cangaço, de forma a perceber como a análise de uma “cultura da violência” daquela época, permite uma melhor compreensão da população do sertão nordestino no início do século XX. A violência foi um elemento característico deste grupo, sendo aceita como legítima por alguns membros da sociedade nordestina, ontem e hoje. É fundamental percebermos que esta

“cultura da violência” ainda permeia nossa sociedade hoje, não como naquela do início do século, mesmo travestida com outra “roupagem”

Pensando neste problema da violência, temos como objetivo trabalhar em uma perspectiva pedagógica da transversalidade e interdisciplinaridade, seguindo as orientações do PCN e PCN + de História. Esta proposta visa desenvolver nos alunos de educação básica, a noção de que o Brasil é, e sempre foi um país de uma cultura plural. Segundo os PCNs transversais:

A temática da Pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (PCNEM, 1997).

A relevância desta proposta consiste na ideia de proporcionar uma formação cidadã para estes alunos, em uma perspectiva da História Social da Cultura. Este olhar, tem como objetivo o desenvolvimento de valores próprios de uma sociedade democrática, respeito, tolerância, etc. Valores estes, os quais devem ir contra aquela “cultura da violência” dita anteriormente.

Pretendemos aqui, refletir todas estas questões, a começar do estudo de dois impressos do início do século XX. Um deles é um cartaz de procurado, emitido pelo Estado da Bahia, o outro é um fragmento de um jornal publicado na cidade do Rio de Janeiro. Estes dois documentos denunciam os cangaceiros como ameaça para a sociedade brasileira. Antes de analisarmos esta documentação, devemos compreender os valores que embasam esta dita “cultura da violência” da sociedade nordestina do início do século XX. Elencamos alguns autores que tentam explicitar estas questões ainda muito pouco exploradas na historiografia.

O historiador Eric Hobsbawn no seu livro “*Bandidos*”, nos apresenta no quinto capítulo deste livro – *Os Vingadores* – os atos de crueldade, de matança, de selvageria, em suma, de violência, que são de fato elementos próprios de uma sociedade nas quais esses homens foras da lei não são vistos como agentes de justiça – mas a vingança e a

retaliação são inesperáveis da justiça em sociedades em que sangue se paga com sangue. Tais atos de violência seriam parte integrante do cotidiano do homem sertanejo do nordeste. Por exemplo, as práticas comuns nas atividades de lida com os animais do campo foram usados pelos cangaceiros em diversos momentos. Em alguns casos quando se marcava com ferro quente o rosto de algum desafeto dos cangaceiros, nos remetemos automaticamente às práticas de ferrar o gado.

Em outra perspectiva, a antropóloga Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, autora do livro *A Derradeira Gesta: Lampião e os Nazarenos guerreando no Sertão*, investiga de que forma a violência é um elemento fundador das relações sociais das comunidades camponesas do sertão nordestino. A violência, para a antropóloga, seria um elemento próprio deste grupo e por isso legitimado por todos os membros – pelos menos os homens do Sertão do Nordeste – como norteadores das práticas culturais destas pessoas no que se refere às questões de honra – masculina, principalmente -, pois segundo Luitgarde, haveria dois tipos de Valentia, das quais se destaca aquela pela qual a autora veio chamar posteriormente de uma antropologia da honra.

Considerando essas noções de honra, valentia, masculinidade, e violência como parte do cotidiano do mundo do trabalho, vamos agora à análise dos impressos. O cartaz de procurado do Estado da Bahia ilustra a figura do conhecido cangaceiro “Lampião”, o qual é posto a prêmio pelo governo.



Ilustração 1: Cartaz de procurado, emitido pelo Estado da Bahia.

Na medida em que a confecção do cartaz e sua divulgação foi promovida pelo Governo do Estado da Bahia, podemos perceber claramente o conflito existente entre as elites da Bahia e estes grupos cangaceiros. Ao nomeá-los de bandidos pela imprensa, este grupo é posto à margem da sociedade, são, de certa forma, excluídos do resto da população, é declarada guerra contra estes grupos sociais. Nesta outra parte do texto “ao civil ou militar que capturar ou entregar de **qualquer modo**”, temos a questão chave de

nossa problemática. Este trecho do discurso das elites do Estado da Bahia nos mostra que é dada liberdade à população ao uso da violência contra este determinado grupo. Podemos ver que o termo “**qualquer modo**” poderia significar hoje a frase “**vivo ou morto**”. Portanto fica claro que estes valores estavam arraigados nesta sociedade, eram legitimados pelos discursos das elites, pelos cangaceiros como foi dito anteriormente, e pela própria população, a qual iria a caça deste “famigerado bandido” para ser premiada, em dinheiro, pelo Estado. Ou seja não era somente os cangaceiros, sujeitos legitimadores destas práticas de “violência”, mas também o próprio Estado de Direito, o qual naquela época mantinha o monopólio da violência. Todos praticam a violência, mas o cartaz mostra que o homem comum só pode usar a violência com autorização do Estado. Os cangaceiros, nesse sentido, usurpavam um privilégio que deveria ser do governo constituído. Isso era tão grave que valia a pena mobilizar toda a sociedade, dividir com ela o monopólio da violência, só para acabar com essa ameaça.

Esta análise vai contra justamente a questão levantada por uma série de estudiosos do cangaço, a qual vê todos os sertanejos pobres como amigos, aliados dos cangaceiros, de quem eram protegidos. Luitgarde Oliveira acredita que este olhar acaba por julgar a totalidade social do sertão nordestino a partir do estado de pobreza daquela população. Esta questão servia de estereótipo às volantes para agredirem qualquer sertanejo pobre como um “cangaceiro disfarçado”. Um caso muito curioso foi o que aconteceu com um jovem morador da época, que por não ter atendido prontamente as ordens do comandante da volante – liderada pelo cunhado de Lampião – foi castrado do mesmo modo como se faz com o gado¹. Ou seja, o homem pobre também era vítima dos cangaceiros. Uma coisa deve ser dita antes de prosseguirmos com a análise, não estou aqui homogeneizando aquela sociedade nordestina pela questão da violência, até mesmo porque era preciso uma recompensa para a delação e perseguição destes grupos, pois o homem comum tinha medo de ser vítima do cangaceiro ou poderia concordar com ele. O importante, no caso, é não julgar todos iguais. Eles tinham pessoas a favor e pessoas contra, entre elites e homens pobres.

Nesta análise é possível desenvolver no aluno uma reflexão crítica sobre o meio em que está inserido, a partir da leitura de outras fontes de informação, neste caso fontes históricas. O PCN nos informa esta necessidade nesta seguinte passagem:

¹ MELLO, Frederico Pernambucano de. O eunuco do Morro Redondo. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n.13, 56-60, nov. 2004.

“Desenvolver procedimentos que permitam interrogar diversos tipos de registros, a fim de extrair informações e mensagens expressas nas múltiplas linguagens que os seres humanos utilizam em suas práticas comunicativas e nas diferentes formas de conhecimento que constroem o sobre o mundo. Ao interrogar as variadas fontes em suas múltiplas linguagens e especificidades – escrita, oral, gestual, pictórica –, situar os autores e os lugares de onde falam, os grupos sociais com que se identificam, seus interesses e os objetivos envolvidos na sua produção” (PCNEM, 1997).

Estes que foram colocadas nos permitem fazer várias questões a respeito desta sociedade: Quem escreve o cartaz? Quem o divulga? Para quem a mensagem foi transmitida e qual foi esta mensagem? Qual o propósito? Qual a estratégia de convencimento? Quando fazemos estas perguntas, podemos ter uma idéia na identificação dos sujeitos históricos envolvidos, os conflitos e uma melhor contextualização daquela sociedade que está sendo abordada. Acredito que a partir destas análises podemos desenvolver no aluno a capacidade de ver esta documentação, e assim tirar dela informações importantes tanto da operação historiográfica do passado, quanto suas repercussões em nossa sociedade hoje.

A outra fonte que vamos apresentar diz respeito a um fragmento de jornal carioca de nome “Jornal de Notícias”, o qual traz um depoimento de um ex-companheiro de Lampião. O jornal foi publicado dia 8 de março de 1931. É importante notar que este jornal foi direcionado a um público totalmente diferente do impresso anterior, pois em um país de analfabetos o jornal não era para todos. Esta questão implica dizer em que foram outras estratégias de discursos e convencimento trazidas neste jornal. Vemos aqui não uma forma de convencimento voltada a premiação, ou a autorização do uso da violência, mas sim uma tentativa de trazer um elemento próximo daquela realidade (ex-companheiro de Lampião), para assim tentar entender como funcionava a dinâmica do movimento social do Cangaço.



Ilustração 2: Fragmento do Jornal carioca “DO RIO”.

Fazendo uma análise do discurso das elites transmitido por esta fonte documental, temos mais uma vez o conflito entre estes grupos sociais. Podemos ver claramente no trecho “Lampião, o soberano **sinistro**” a simbologia carregada por esta simples palavra, a qual remetia diretamente aos valores, a conduta deste cangaceiro (figura representativa deste grupo). Esta quis dizer que Lampião era uma figura violenta, sinistra, selvagem.

E assim, percebemos de uma forma muito branda como este discurso das elites é reproduzido atualmente, não exatamente desta maneira. Na letra de Música “Candeeiro Encantado”, do Cantor Lenine, é um exemplo da reprodução destes discursos. Por ser uma música tocada em novelas (voltada ao grande público), esta tem uma grande recepção e aceitação deste, muitas vezes este senso-comum dos trechos da música, são naturalizados pelo público, não são levados a reflexão. Existem 2 passagens muito claras da tentativa de representação do que foi este sujeito cangaceiro:

Lá no sertão
Cabra macho não ajoelha
Nem faz parelha
Com quem é de traição
Puxa o facão, risca o chão
Que sai centelha
Porque tem vez
Que só mesmo a lei do cão...

Já foi-se o tempo
Do fuzil papo amarelo
Prá se bater
Com poder lá do sertão
Mas lampião disse
Que contra o flagelo
Tem que lutar
Com parabelo na mão...

Nos trechos “Cabra macho não ajoelha” e “Porque tem vez que só mesmo a lei do cão”, podemos ver claramente a reprodução do mesmo discurso da violência no cangaço. É uma visão romanceada do cangaceiro, a qual justifica este uso da violência a partir da tentativa do entendimento destas práticas por meio de um código de conduta destes grupos. Ou seja, o cangaceiro agia desta forma, pois era uma prática cultural comum destes grupos. Esta “lei do cão”, estaria associada justamente ao contexto social do nordeste do início do século XX. Uma sociedade legitimadora, segundo o cantor, desta “cultura de violência. Porém não devemos homogeneizar esta sociedade nordestina, e sim tentar entender quais grupos estavam envolvidos/concordavam com estas práticas de violência.

Por isso é necessário reforçar a importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica cidadã nos alunos do ensino médio, assim estes possam ser capazes de transformar as informações que lhes são trazidas, pelos diversos meios midiáticos, em conhecimento. É fundamental a capacidade de identificação destes tipos de discursos preconceituosos, intolerantes, percuosores de violências, para podermos combatê-los de maneira eficaz.

De que maneira estes discursos hoje se apresentam e quais valores éticos são apropriados para serem trabalhados, na perspectiva do ensino da História, nos alunos do ensino médio? Vamos começar desenvolvendo algumas questões relevantes à ética produzidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os PCNs elencam 3 pontos, os quais devem ser enfatizados em seu discurso. O primeiro quer nos mostrar como deve ser entendido um “núcleo” moral de sociedade, ou seja, valores necessários ao convívio entre os membros de uma sociedade. Esta “moralidade” exclui qualquer perspectiva de “relativismo moral”, entendido como “cada um é livre para eleger os valores que quer”. Isto pode ser compreendido como uma tentativa de consolidação de um consenso mínimo, de um conjunto central de valores, indispensável à sociedade democrática, a qual vivemos hoje. O segundo ponto discute a compreensão do caráter democrático da sociedade brasileira. Segundo o PCN, a democracia é um regime político e também um modo de sociabilidade que permite a expressão das diferenças, a expressão de conflitos, a pluralidade. E por fim, a última questão levantada pelos Parâmetros, e a de maior relevância para este trabalho, é a discussão dos valores abstratos da Ética:

“Ética trata de princípios e não de mandamentos. Supõe que o homem deva ser justo. Porém, como ser justo? Ou como agir de

forma a garantir o bem de todos? Não há resposta predefinida. É preciso, portanto, ter claro que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A ética é um eterno pensar, refletir, construir. E a escola deve educar seus alunos para que possam tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensarem e julgarem” (PCNEM transversal, 1997).

A formação cidadã na perspectiva histórica é a compreensão das noções do tempo histórico, pois essas ideias tem fundamental importância para que os alunos, como sujeitos de sua própria história, compreendam os limites e as possibilidades de sua atuação na transformação da realidade em que vive. Outro entendimento essencial na formação destes indivíduos é, segundo os Parâmetros:

“Os acontecimentos se inscrevem em processos com ritmos próprios que não obedecem os fenômenos físicos ou astronômicos. Essa percepção é fundamental para a compreensão das mudanças e permanências no processo histórico. A apreensão do tempo histórico bem como dos ritmos da duração, que permite reconhecer a velocidade das mudanças e a permanência de determinadas relações no transcorrer do tempo, se desenvolve no estudo dos acontecimentos, considerada a noção de processo” (PCNEM, 1997).

A “cultura da violência” é um elemento, como foi dito anteriormente, o qual permeia nossa sociedade atualmente, porém ela é veiculada de outra forma. Esta “permanência” de determinadas relações no transcorrer do tempo, hoje pode ser traduzida nas práticas de Bullying e Cyberbullying. O Bullying pode ser entendido como um tipo de violência escolar; que traduz-se num conjunto de comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos, levados a cabo por um ou mais alunos contra outro. É uma forma de violência, a qual o agressor utiliza de linguagem ofensiva intencionalmente, repetidamente, a qual traz um desequilíbrio de poder (entre a vítima e o agressor). A continuidade destes atos podem levar a vítima a uma perda de trajetória de sua vida e liberdade. Já o Cyberbullying manifesta-se de outra maneira. Em nossa sociedade atual, onde existem diversos meios de informação, o mau uso destas

tecnologias contribuem para uma elevada percentagem de casos de violência online. Segundo a pesquisadora Tânia Paias, o Cyberbullyng:

“Remete para um tipo particular de violência, aquela que é perpetrada em torno das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação). [...] Um grande número de casos de violência online converte-se em situações de risco grave para os menores, na medida em que o meio empregue para a difusão da informação difamatória e humilhante constitui plataformas de difusão de conteúdos que permitem a publicação de vídeos e imagens. Cyberbullyng supõe o uso e difusão de informação difamatória em formato eletrónico através dos meios de comunicação como correio eletrónico, mensagens (texto e multimídea), redes sociais, publicação de vídeos e fotografias em plataformas eletrónicas de difusão de conteúdos, de um indivíduo ou grupo que pretende, deliberadamente, e de forma repetitiva causar mal estar noutra” (PAIAS).

Retomando os conceitos de ética dos PCNs, podemos desenvolver nos alunos, a partir desta temática, uma consciência cidadã, voltada no entendimento destas práticas de violência e como são estabelecidas relações de poder entre estes grupos sociais, as quais acabam por gerar discursos de preconceito, exclusão, violência entre pares, violência contra as classes mais baixas da sociedade. Já que a “cultura de violência” era uma prática legitimada por toda a sociedade nordestina do início século XX, devemos ter em mente que não existia somente o conflito entre o cangaceiro e o Estado, e sim que este movimento do Cangaço acabava também por exercer essa violência contra a própria população, muitas vezes inocente. . No momento em que contextualizamos a violência, ela deixa de ser algo naturalizado para ser uma prática historicamente construída. Não é algo que ocorre desde sempre e para sempre será assim. Surgiu em um determinado momento/contexto, havia interesses em jogo, e o privilégio de uns (no uso da violência) significava prejuízo de outros, acentuando a desigualdade e exclusão de alguns grupos sociais.

Portanto o discurso que nós docentes devemos ter é exatamente o de combate a todas as práticas de exclusão, desigualdade social, o preconceito, a intolerância.

Devemos dar subsídios para o aluno refletir estas causas. Fazer com que estes discentes percebam o surgimento destas práticas, entender estas como algo historicamente construído, contextualizar estes discursos na história. Assim é fornecido subsídios para que este aluno possa desenvolver uma capacidade autônoma, crítica a esta nossa sociedade, a qual legitima estas práticas de violência por meio de discursos ainda muito fortes atualmente.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 11-83.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: História (Ensino Médio)** (. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FREITAS NETO, José Alves. A transversalidade e a renovação no ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 57-73.

HOBBS, Eric. **Bandidos**. Tradução de Donaldson M. Garschagem. 4ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 85-9.

MELLO, Frederico Pernambucano de. O eunuco do Morro Redondo. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n.13, 56-60, nov. 2004.

PAIAS, Tânia. **O Cyberbullying**. Disponível em <<http://www.portabullying.com.pt>>.

Fontes

Cartaz de procurado emitido pelo Estado da Bahia. Disponível em <<http://www.pm.al.gov.br/3bpm/joao.html>>. Acesso em 20/10/2011.

Jornal “A Notícia”. Disponível no Arquivo público do Estado de Pernambuco.

Letra de Música do cantor Lenine “Candeeiro Encantado”. Disponível em <<http://letras.terra.com.br/lenine/102202>>. Acesso em 03/11/2011.